

No contexto da mundialização financeira, a autonomia ou independência dos bancos centrais foi uma medida que passou ao primeiro plano da agenda de uma governança mundial proposta desde instituições como FMI e Banco Mundial. A pesquisa estuda, a partir do caso brasileiro, as conseqüências na soberania nacional implicadas pelo projeto de concessão de autonomia legal ao Banco Central frente ao Poder Executivo. Nossa abordagem considera a autoridade monetária como um dos atributos essenciais que definem a soberania dos estados nacionais contemporâneos. Uma vez que a autonomização/independização do Banco Central frente ao Poder Executivo significa maior dependência frente a outros atores, analisamos a questão tendo em vista as relações entre Estado e mercados financeiros. Buscamos identificar os argumentos defendidos no Brasil em prol e contra a agenda da autonomia/independência do Banco Central. Com base na análise das diferentes concepções das funções que o Banco Central deve assumir, destacamos quais as teorias em disputa sobre o papel do Estado na questão da moeda e das finanças e como cada uma define atribuições mais restritas ou mais amplas para o Banco Central. Por fim, pensamos o que significa uma atuação soberana do Banco Central no caso brasileiro, no quadro de hegemonia do sistema dólar-flexível e de sua influência na realidade latino-americana. Nossa hipótese é a de que política monetária e política cambial são matéria de política externa, na medida em que influem na relação entre Estado nacional e capitais internacionais. Essa premissa traz o princípio de que o estudo das relações internacionais não consiste somente da análise das relações Estado *vis à vis* Estado, mas também, Estado nacional *vis à vis* capital internacional e organismos multilaterais.